

Acção Socialista



N.º 1338 9 Novembro 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

GOVERNAR PORTUGAL

Programa de Governo
Prioridades e apostas

11 a 14

Grupo Parlamentar
Assis eleito líder da bancada



15

VIII Congresso da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN
Por um sindicalismo de propostas e acção



16

CML
Costa quer continuar a Unir Lisboa

17

Europa
Concluído processo para entrada em vigor do Tratado de Lisboa

20



Fotografia: Ricardo Oliveira/GPM

Concluído o intenso debate parlamentar de dois dias sobre o programa do XVIII Governo Constitucional, empossados ministros e secretários de Estado, o segundo Executivo liderado por José Sócrates entra agora em pleno nas suas funções, mandatado para modernizar e continuar a desenvolver o país. Em relação às linhas-mestras da estratégia governativa para os próximos quatro anos

destacam-se o combate à crise, a luta contra o desemprego e os apoios ao sector empresarial e às pessoas de mais baixos recursos. Entre as medidas avançadas pelo primeiro-ministro, realce para a subida das pensões, o alargamento das condições de acesso ao subsídio de desemprego e para a criação de um fundo de capitalização das pequenas e médias empresas.

2 a 10

SUPLEMENTOS DESTA EDIÇÃO



Empossados 37 secretários de Estado

OS SECRETÁRIOS de Estado do XVIII Governo Constitucional tomaram posse no passado dia 31 de Outubro, em Lisboa.

Como é habitual na tomada de posse dos secretários de Estado, nem o Presidente nem o primeiro-ministro discursaram.

Nas primeiras filas, além do primeiro-ministro José Sócrates, estavam os ministros do novo Governo e o secretário de Estado da presidência Conselho de Ministros, João Tiago Silveira.

Entre os convidados que assistiram à cerimónia estiveram os ex-ministros do anterior Governo Mário Lino (Obras Públicas) e José Pinto Ribeiro (Cultura), bem como alguns antigos secretários de Estado do primeiro Executivo de José Sócrates e que não foram reconduzidos, como Eduardo Cabrita (Administração Local), Francisco Ramos (Educação) e José Miguel Medeiros (Protecção Civil).

O presidente do PS, Almeida Santos, o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, e os deputados socialistas Vera Jardim e Maria de Belém Roseira estiveram também entre convidados que assistiram à cerimónia.

Refira-se que a equipa de secretários de Estado do segundo



Executivo liderado por José Sócrates apresenta 17 novos elementos (*ver caixa*), continuando neste Governo e com as mesmas pastas 16 elementos.

Há ainda a assinalar que cin-

co secretários de Estado transitam do XVII para o XVIII Governo Constitucional mas mudam de pasta.

No total, são 38 os secretários de Estado do XVIII Governo

Constitucional, mas João Tiago Silveira tinha tomado posse previamente como secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no dia 26 de Outubro. **M.R.**

Lacão alerta para necessidade de estabilidade política

NESTA nova conjuntura de maioria relativa do partido do Governo na Assembleia da República a estabilidade política torna-se essencial e as responsabilidades dividem-se entre Executivo e partidos políticos com assento parlamentar. A ideia foi sublinhada, no passado dia 27, pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, à saída do encontro com o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, a quem foi apresentar cumprimentos formais.

Segundo Jorge Lacão, esta nova legislatura terá "naturalmente muitos desafios", sendo por isso mesmo necessário governar o país "em condições de estabilidade", mas também com "estratégias claras" que garantam, "eficácia no combate à crise" e "modernização geral", assim como "medidas de combate à desigualdade e em favor da justiça social".

Na ocasião, Jorge Lacão fez questão de deixar claro aos



jornalistas que era "premature falar de orientações políticas de natureza programática" quando ainda o Programa do Governo

não tinha sido oficialmente apresentado e discutido.

De referir que o ministro dos Assuntos Parlamentares

fez também uma ronda de consultas junto dos partidos da oposição para apresentar cumprimentos. **M.R.**

REACÇÕES

“Este será um Governo consciente das suas obrigações e deveres, decidido a cumprir o programa que o eleitorado sufragou”

José Sócrates
Primeiro-ministro

“A cooperação [institucional] na legislatura passada foi ótima e é assim que vemos o que será a cooperação no futuro”

Jaime Gama
Presidente da Assembleia da República

“Alguma instabilidade há sempre quando os governos são minoritários, mas há também uma estabilidade própria nesses governos, porque derrubá-los é uma factura a pagar por quem os derrubar”

Almeida Santos
Presidente do PS

“Os discursos do Presidente da República e do primeiro-ministro são discursos importantes para a estabilidade e para a governabilidade do país”.

Luís Amado
Ministro dos Negócios Estrangeiros

“Um Governo com maioria relativa significa que há uma responsabilidade acrescida de todos, do Governo, na promoção do diálogo parlamentar, e uma responsabilidade que não é menor, de todas as forças políticas, tendo em vista contribuir para a estabilidade política do país”

Pedro Silva Pereira
Ministro da Presidência do Conselho de Ministros

“É um Governo forte, com pessoas com grandes competências políticas, profissionais e técnicas. Vai ser um Executivo de quatro anos para bem de Portugal e dos portugueses”

Edite Estrela
Eurodeputada

“Todos os governos são para quatro anos. São eleitos para isso”

Helena André
Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social

“A cooperação institucional entre Presidente da República e Governo é imprescindível. O país não entenderia que fosse de outra maneira”

Francisco Assis
Presidente do GP/PS

Sócrates na posse do XVIII Governo

Combate à crise, modernização e justiça social são prioridades



Combater e superar a crise, modernizar a economia e a sociedade e justiça social foram apontadas como as principais prioridades pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na posse do XIII Governo Constitucional. Na cerimónia, Sócrates assumiu “o valor do diálogo político e social”, como condição de estabilidade”, reiterou o “empenhamento na cooperação institucional” e assegurou, por outro lado, que “vai cumprir o programa que o eleitorado sufragou, fiel ao seu programa, à sua estratégia e aos seus valores”.

J. C. CASTELO BRANCO

NO DISCURSO que proferiu no Palácio da Ajuda, no passado dia 26 de Outubro, após a posse dos ministros que compõem o novo elenco governativo, José Sócrates defendeu que nestes tempos “exigentes e difíceis” de crise económica mundial ao Governo compete prosseguir “um rumo claro e uma estratégia lúcida e ousada de modernização da economia, do Estado e da sociedade portuguesa”.

Neste contexto, o primeiro-ministro referiu que “a primeira prioridade é combater a crise. A recuperação da nossa economia será o objectivo central da governação”, salientando que “é no crescimento económico e no emprego que concentraremos o essencial das nossas energias”.

E, perante a actual conjuntura económica, Sócrates considerou que “o Estado tem um papel determinante”, nomeadamente “apoiando o investi-

mento privado e as empresas, defendendo o emprego e incentivando a contratação, e ainda promovendo o investimento público que, ao mesmo tempo, modernize o país, dê oportunidades às empresas e estimule a criação de emprego”.

A segunda prioridade, segundo Sócrates, é “a modernização da economia e da sociedade, valorizando o conhecimento, a cultura, a tecnologia, a inovação, o espírito de iniciativa”.

E apontou dois exemplos do que significa esta “agenda de modernização”: a aposta nas energias renováveis e na eficiência energética e a extensão da escolaridade obrigatória até ao fim do ensino secundário.

O primeiro-ministro referiu a justiça social como a terceira prioridade, prometendo nesta área “desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades na sociedade portuguesa”.

É por isso, adiantou, que “defende-

mos uma Segurança Social pública e forte, um Serviço Nacional de Saúde moderno e qualificado; um sistema público de ensino à altura dos novos tempos e das novas exigências da educação e o aprofundamento das medidas de apoio às famílias e de combate à pobreza”.

Sócrates sublinhou ser seu propósito liderar “um Governo que promova o interesse geral, assumindo um compromisso com a igualdade”, porque, explicou, “é justamente este compromisso com o interesse geral e com a igualdade que faz de quem mais precisa a prioridade do nosso esforço e do nosso trabalho o centro do nosso projecto para uma sociedade mais justa e com mais oportunidade para todos”.

“Eis, portanto, o nosso programa: governar para todos os portugueses, com especial atenção para os que hoje mais precisam do Estado Social; mobilizar a sociedade portuguesa para uma estratégia de desenvolvimento orientada para a modernidade e para o futuro”, acrescentou.

O valor do diálogo político e social

Por outro lado, o primeiro-ministro considerou que o quadro político desta legislatura “impõe a todas as instituições e a todos os agentes políticos um elevado grau de responsabilidade, desde logo com a estabilidade política, que é um valor político essencial para atrair

“É no crescimento económico e no emprego que concentraremos o essencial das nossas energias”

“O quadro político desta legislatura impõe a todas as instituições e a todos os agentes políticos um elevado sentido de responsabilidade”

“Desenvolver políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades na sociedade portuguesa”

investimento, aumentar a confiança, estabelecer acordos sociais, tomar decisões de fundo e responder com eficácia à crise económica”.

E prometeu que assumirá “plenamente o valor do diálogo político e social”, que disse ser “condição de estabilidade”, sublinhando, no entanto, estar “consciente do mandato democrático que este Governo recebeu para prosseguir as reformas e a modernização”.

Garantindo que “todas as instituições e responsáveis do nosso sistema político, sem excepção, poderão contar com a lealdade e o respeito do Governo”, Sócrates afirmou: “Renovo o empenhamento do Governo na cooperação institucional com o Presidente da República e reafirmo o respeito do Governo perante o Parlamento”.

É que, frisou, “o Governo sabe bem quais são as suas competências, tal como conhece e respeita as competências dos outros órgãos de soberania”.

O primeiro-ministro afirmou ainda contar com o “sentido de responsabilidade” de todas as forças parlamentares, que seja “respeitada a esfera de competências” do seu Governo, que não se perca tempo em “controvérsias inúteis” e se “concentre o esforço de todos nos problemas e nos objectivos nacionais”.

Para José Sócrates, “o tempo e a circunstância exigem de todos Governo, instituições, forças políticas um novo sentido de responsabilidade”. E acrescentou que “este será um Governo consciente das suas obrigações e dos seus deveres mas será também um Governo fiel ao seu programa, fiel à sua estratégia, fiel aos seus valores”.

Poucas horas depois da tomada de posse, José Sócrates reuniu de imediato o primeiro Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional, que durou três horas e meia.



PRIMEIRO-MINISTRO
JOSÉ SÓCRATES



SE ADJUNTO DO PRIMEIRO-MINISTRO
JOSE ALMEIDA RIBEIRO



MINISTRO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
LUÍS AMADO



SE NEG. ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO
JOÃO GOMES CRAVINHO



SE ASSUNTOS EUROPEUS
PEDRO LOURTIE



SE COMUNIDADES PORTUGUEAS
ANTÓNIO BRAGA



MINISTRO FINANÇAS
FERNANDO TEIXEIRA DOS SANTOS



SE ADJ. E ORÇAMENTO
EMANUEL DOS SANTOS



SE TESOURO E FINANÇAS
CARLOS COSTA PINA



SE ASSUNTOS FISCAIS
SÉRGIO VASQUES



SE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
GONÇALO CASTILHO



PRES CONSELHO MINISTROS
PEDRO SILVA PEREIRA



SE PRES. CONSELHO DE MINISTROS
JOÃO TIAGO SILVEIRA



SE JUVENTUDE E DESPORTO
LAURENTINO DIAS



SE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
MARIA MANUEL LEITÃO MARQUES



SE ADMINISTRAÇÃO LOCAL
JOSE JUNQUEIRO



SE IGUALDADE
ELZA PAIS



MINISTRO DEFESA
AUGUSTO SANTOS SILVA



SE DEFESA NACIONAL ASSUNTOS DO MAR
MARCOS PERESTRELLO



MINISTRO ADMINISTRAÇÃO INTERNA
RUI PEREIRA



SE ADJ. E ADM. INTERNA
JOSE CONDE RODRIGUES



SE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
DALIÇA ARAÚJO



SE PROTECÇÃO CIVIL
VASCO FRANCO



MINISTRO JUSTIÇA
ALBERTO MARTINS



SE JUSTIÇA
JOÃO CORREIA



SE JUSTIÇA E MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA
JOSE MAGALHÃES



MINISTRO ECONOMIA
VIEIRA DA SILVA



SE ADJ. INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO
FERNANDO MEDINA



SE COMÉRCIO, SERVIÇOS E DEFESA DO CONSUMIDOR
FERNANDO SERRASQUEIRO



SE TURISMO
BERNARDO TRINDADE



SE ENERGIA E INOVAÇÃO
CARLOS ZORRINHO



MINISTRO AGRICULTURA
ANTÓNIO SERRANO



SE FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
RUI BARREIRO



SE PESCAS E AGRICULTURA
LUÍS VIEIRA



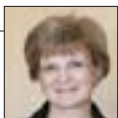
MINISTRO OBRAS PÚBLICAS
ANTÓNIO MENDONÇA



SE ADJ. OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
PAULO CAMPOS



SE TRANSPORTES
CARLOS CORREIA DA FONSECA



MINISTRA AMBIENTE
DULCE PÁSSARO



SE AMBIENTE
HUMBERTO ROSA



SE ORD. TERRITÓRIO E DAS CIDADES
FERNANDA CARMO



MINISTRA TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL
HELENA ANDRÉ



SE SEGURANÇA SOCIAL
PEDRO MARQUES



SE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
VALTER LEMOS



SE ADJ. E REABILITAÇÃO
IDÁLIA MONIZ



MINISTRA SAÚDE
ANA JORGE



SE ADJ. E SAÚDE
MANUEL PIZARRO



SE SAÚDE
ÓSCAR GASPAS



MINISTRA EDUCAÇÃO
ISABEL ALÇADA



SE ADJ. E EDUCAÇÃO
ALEXANDRE VENTURA



SE EDUCAÇÃO
JOÃO MATA



MINISTRO CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR
MARIANO GAGO



SE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
MANUEL HEITOR



MINISTRA CULTURA
GABRIELA CANAVILHAS



SE CULTURA
ELISIO SUMMAVIELLE



MINISTRO ASSUNTOS PARLAMENTARES
JORGE LACÃO

COMPOSIÇÃO DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Governo legitimado e mandatado para modernizar e desenvolver o país



O Executivo sai do debate do programa do Governo legitimado com um mandato para modernizar o país, promover o emprego e combater a crise, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no passado dia 6 de Novembro, ao deixar o hemiciclo de São Bento.

“O GOVERNO sai daqui com uma investidura Parlamentar e, portanto, tem legitimidade para iniciar funções. Este é o momento para começar a trabalhar e de dar ânimo, esperança, confiança aos portugueses no sentido de resolver a crise”, declarou Sócrates, vincando perante os jornalistas que as soluções para ultrapassar as

dificuldades económicas passam por “promover o emprego e modernizar o país”.

“É esse o mandato que temos e é esse o mandato que vamos executar”, assegurou.

Antes, a encerrar dois dias de debate parlamentar sobre o programa do Governo, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís

Amado, defendeu que o “preocupante” endividamento externo do país só pode ser combatido, “sem convulsões sociais”, com uma aposta no crescimento económico, demarcando-se, assim, do caminho económico proposto pelo PSD.

Luís Amado, número dois da hierarquia do Executivo, foi o elemento escolhido da equipa



de José Sócrates para encerrar o debate do programa do Governo, tendo sublinhado durante o seu discurso que o principal partido de oposição teima em ser “factor de instabilidade”.

Segundo o governante, “a situação de instabilidade crónica do PSD nos últimos anos – agora a caminho do sexto líder em seis anos, com mudanças frequentes de linha ideológica e programática – é em si mesmo um factor de instabilidade do sistema político português”.

Na sua intervenção, Luís Amado deixou igualmente claro que as posições económico-financeiras da actual liderança laranja “estão desajustadas” face à actual conjuntura de crise mundial, aproximando-se de perspectivas excessivamente liberais.

Em resposta à insistência dos deputados do PSD sobre os perigos inerentes ao peso do endividamento no conjunto da economia na-

cional, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros sem deixar de admitir o problema, apontou porém para soluções diferentes.

“A actual direcção do PSD aproximou-se de uma opção mais liberal, mais apologética do mercado e mais crítica do papel do Estado enquanto regulador estratégico. Mas estas ideias estão desajustadas do momento que vivemos, numa altura em que mesmo os países mais liberais seguem estratégias intervencionistas”, vincou.

Para Luís Amado, “os resultados eleitorais foram a evidência de que o povo português entendeu o desajustamento” da posição do PSD, porque “no curto prazo não há alternativa ao reforço do papel do Estado na recuperação do sistema financeiro, na regulação da economia e no reforço do investimento público”.

O ministro reconheceu contudo que esta política intervencionista

tem como consequência um preocupante “aumento do défice e da dívida externa”.

Todavia, ressaltou que “no actual contexto de recessão, fazer do problema do endividamento e do défice público uma prioridade é um erro”.

Isto porque, explicou, “a consequência inevitável seria o agravamento dos factores recessivos pelo impacto que teria na redução do investimento na procura interna e num eventual aumento de impostos”.

Ainda neste ponto, Luís Amado salientou que o endividamento do país “é um problema sério, que não deve ser ignorado e que pode condicionar o crescimento económico”.

“Mas, é sobretudo resultado de um longo processo de fraco crescimento económico que o país tem conhecido nas últimas décadas”, clarificou, para de seguida frisar

Em resposta à insistência dos deputados do PSD sobre os perigos inerentes ao peso do endividamento no conjunto da economia nacional, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros sem deixar de admitir o problema, apontou porém para soluções diferentes.

que “só poderemos resolver sustentadamente e sem convulsões sociais o excessivo endividamento do país se formos capazes de criar as condições políticas para relançar o crescimento económico”.

Em relação ao CDS-PP, o ministro destacou que o partido de Paulo Portas “tem ideias próprias sobre avaliação dos professores, leis penais, questões de agricultura e de competitividade fiscal”, apontando que “seria bom que se pudesse explorar vias de entendimento possível em algumas destas áreas”.

Quanto ao PCP e ao Bloco de Esquerda, Amado não vislumbrou pontos de consenso nas áreas sociais.

“Mesmo com as forças à nossa esquerda, das quais nos separam divergências de concepção política e de estratégia de fundo, poderíamos ter dialogado, designadamente explorando espaços de convergência, que a última legislatura revelou



possíveis, em áreas sociais importantes”, lamentou.

Não à arrogância sectária

Já o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, desafiou a oposição a assumir uma postura responsável em nome “do interesse de Portugal”, fazendo votos para que o Governo nunca tenha de escolher entre “a espada e a parede”.

No encerramento do debate do programa de Governo, Assis, numa intervenção de fundo, começou por responder à acusação do deputado do BE Luís Fazenda de que José Sócrates quer pôr os partidos entre a espada e a parede, numa alusão à frase do antigo primeiro-ministro António Guterres, que num governo minoritário disse que preferiria a espada à parede se a oposição o colocasse nessa situação.

“Os portugueses não gostam

“Os portugueses não gostam de um primeiro-ministro que esteja disponível para optar pela espada à primeira dificuldade, mas não compreenderiam nunca um primeiro-ministro que se deixasse encostar à parede”, avisou o presidente da bancada socialista

de um primeiro-ministro que esteja disponível para optar pela espada à primeira dificuldade, mas não compreenderiam nunca um primeiro-ministro que se deixasse encostar à parede”, avisou o presidente da bancada socialista para quem o desafio de todos, Governo e oposição, será “evitar que algum dia se tenha de fazer essa opção radical entre a espada e a parede em nome do interesse de Portugal”.

Francisco Assis saudou a oposição por não ter apresentado qualquer moção de rejeição ao programa de Governo, deixando, porém, uma expectativa para o futuro.

“Esperemos que não cedam à tentação de apresentar a seguir pequenas moções de censura frequentes”, disse, numa alusão à possibilidade de os partidos da oposição se unirem nas chamadas “coligações negativas” contra as

propostas do Executivo.

Vincando que a oposição tem o direito de apresentar alternativas, para Francisco Assis, os partidos de oposição só se conseguirão unir “para adiar ou destruir”.

“Pede-se ao Governo disponibilidade para o diálogo, pede-se à oposição que renuncie à arrogância sectária”, sublinhou.

Ao finalizar a sua intervenção, Assis deixou elogios às prioridades do Executivo e ao primeiro-ministro, saudando a opção de José Sócrates em apresentar um programa de Governo praticamente igual ao seu programa eleitoral.

“Ainda bem que temos um primeiro-ministro que não se resigna a fingir que é primeiro-ministro, que não quer permanecer mas agir”, concluiu.

De referir que os membros do XVIII Governo Constitucional entraram no passado dia 6 em plenitude de funções, depois de

o programa do Executivo ter sido discutido, sem votação, na Assembleia da República.

Depois de quase 12 horas de debate ao longo de dois dias, nenhuma das forças da oposição apresentou um voto de rejeição.

PS e Governo também não propuseram qualquer voto de confiança ao programa do Executivo para os próximos quatro anos.

“O Governo foi nomeado e empossado pelo Presidente da República e encontra-se agora formalmente investido pelo Parlamento, pelo que daqui em diante exerce em pleno as suas funções”, afirmou o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, no final do debate do programa de Governo.

Gama desejou ainda, em nome do Parlamento, “felicidades ao Executivo”, dizendo que este poderá contar com uma Assembleia da República “plural e fiscalizadora”. M.R.

PROGRAMA DO XVIII GOVERNO
CONSTITUCIONAL

Investimento público é decisivo para combater a crise

A subida das pensões, o alargamento das condições de acesso ao subsídio de desemprego, um fundo de 250 milhões de euros para apoiar operações de capital de desenvolvimento das PME junto dos mercados internacionais e a realização de pactos para a Internacionalização e para o Emprego foram algumas das propostas anunciadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na abertura do debate do programa do XVIII Governo Constitucional, onde reiterou a aposta na manutenção dos grandes investimentos públicos, como o TGV, o aeroporto e o plano rodoviário para combater a crise e relançar a economia.

J. C. CASTELO BRANCO

NA SUA intervenção de quase uma hora, José Sócrates manifestou desde logo a “inteira disponibilidade” do Governo para “cooperar” com a Assembleia da República, recordando, no entanto, que resulta da Constituição que “quem governa é o Governo”.

Segundo sublinhou o primeiro-ministro, a “primeira prioridade” do Executivo para a legislatura que agora começa é “combater a crise, relançar a economia e promover o emprego” e nesse âmbito reafirmou que “não haverá relançamento da economia sem o contributo decisivo do Estado e do investimento público”.

Por isso, adiantou, “o primeiro tópico da nossa agenda de política económica é avançar com o investimento público modernizador”, o que passa por prosseguir “com os programas de requalificação e modernização do parque escolar; de construção de equipamentos sociais e de saúde; de investimento nas energias renováveis, nos sistemas de saneamento e abastecimento de água e nas redes de nova geração”, mas também pelo “investimento modernizador das nossas infra-estruturas de transportes que o futuro do país exige”.

E isto significa, frisou, “avançar com as linhas prioritárias de alta velocidade (Lisboa-Madrid e Lisboa-Porto-Vigo); requalificar o transporte ferroviário convencional; lançar a construção do novo aeroporto de Lisboa, em Alcochete; e prosseguir a execução do Plano Rodoviário Nacional”.

Outros “dois instrumentos estratégicos” para relançar a economia e o emprego são, segundo avançou Sócrates, um Pacto para a Internacionalização e um Pacto para o Emprego. “O nosso objetivo é convocar todos os agentes económicos e todos os parceiros sociais para um diálogo social capaz de sustentar soluções eficazes para a internacionalização da economia e a valorização das nossas exportações, para a criação de emprego, a adaptação das políticas laborais, a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e a definição das linhas de evolução de médio prazo do salário mínimo”.

A par disto, adiantou, a agenda do Governo para relançar a economia inclui, também, a “criação de um novo fundo, de 250 milhões de euros, para apoiar operações de capital de desenvolvimento das PME junto dos mercados internacionais” e “o reforço da parceria com as instituições da chamada economia social ou do sector social”.

E anunciou que a primeira medida que o Governo irá aprovar será o Programa INOV-Social, “que apoiará a colocação nas instituições sociais de 1000 jovens quadros por ano, de modo a apoiar a sua modernização e a favorecer o emprego dos jovens”.

Modernizar o país e desenvolver políticas sociais

Quanto à segunda prioridade, “modernizar o país”, Sócrates disse que é necessário “continuar o caminho das reformas, de modo a superar os bloqueios estruturais

ao nosso desenvolvimento e à competitividade da nossa economia”. E isso, sublinhou, “faz-se com iniciativa, com coragem, com persistência e com ambição”.

Por isso, adiantou, “queremos liderar na revolução energética”, o que significa “prosseguir o investimento na eficiência energética e nas energias renováveis”, bem como “continuar “o esforço de valorização das qualificações dos portugueses”, o que passa, nomeadamente, por “assegurar, finalmente, a universalização do ensino secundário” e “um novo ciclo do Programa Novas Oportunidades”.

Ainda no âmbito do sector da educação, Sócrates defendeu que “a escola pública não pode passar sem uma avaliação séria e justa dos professores, que permita distinguir e valorizar o mérito”, sublinhando que o Governo “de-seja um diálogo e um diálogo com resultados”.

Referindo que “ninguém quer voltar ao passado, em que o bom desempenho não era estimulado nem premiado”, o primeiro-ministro anunciou que “a ministra da Educação tomará, de imediato, a iniciativa desse diálogo, com os sindicatos representativos dos professores. Com abertura de espírito. Mas também sabendo o que quer e o que não quer”.

Depois de referir que será reforçado o investimento na Cultura durante esta legislatura, o chefe do Governo disse que para a modernização do país “pretendemos renovar a ambição do Plano Tecnológico e avançar na inovação, na tecnologia e na sociedade do conhecimento”.





Já no que respeita ao combate à corrupção, “uma das prioridades principais da política criminal”, Sócrates anunciou que para além do reforço dos meios de combate a este flagelo, no domínio da prevenção serão instituídos na Administração e nas empresas “verdadeiros códigos de conduta e medidas de prevenção dos riscos de prevenção”.

Quanto à terceira prioridade central do programa do Governo, desenvolver as políticas sociais e combater as desigualdades, o primeiro-ministro anunciou o aumento das pensões até 630 euros em 1,25%, subindo em 1% as pensões até 1500 euros, e ainda o alargamento das condições de acesso ao subsídio de desemprego.

“Isto significa aumentar as pensões mais baixas e manter o valor das pensões mais altas. Tendo em conta a inflação verificada isto representa um aumento real do poder de compra superior a 2% para os pensionistas com pensões mais baixas”, disse.

Segundo Sócrates, este ano vai verificar-se “uma situação absolutamente extraordinária de inflação negativa”, o que, “se nada fosse feito, determinaria uma redução do valor das pensões da generalidade dos portugueses”. Por isso, frisou, “para situações extraordinárias são precisas respostas extraordinárias”.

Em relação ao subsídio do desemprego, o primeiro-ministro referiu que o Governo decidiu alargar, até ao final de 2010, como medida extraordinária, as condições de acesso ao subsídio de desemprego.

Trata-se, segundo Sócrates, “de reforçar a protecção social mas também ir ao encontro das pretensões de alguns parceiros sociais e de algumas forças políticas”.

“O Governo entende que, neste período, o subsídio de desemprego seja atribuído a todos os desempregados com pelo menos um ano de descontos nos últimos dois anos antes da situação de desemprego”, acrescentou.

Em relação ao aumento do

O primeiro-ministro anunciou o aumento das pensões até 630 euros em 1,25%, subindo em 1% as pensões até 1500 euros, e ainda o alargamento das condições de acesso ao subsídio de desemprego

salário mínimo, Sócrates disse que o Executivo socialista está “empenhado no cumprimento do acordo celebrado” em sede de concertação social.

Na sua intervenção, Sócrates anunciou ainda que, no âmbito do combate a todas as formas de discriminação, irá apresentar na Assembleia da República uma proposta de lei para remover as actuais barreiras jurídicas à realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Assumir compromissos e negociação séria

Na sua intervenção inicial, o líder do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), Francisco Assis, elogiou José Sócrates, porque na sua apresentação do programa do Governo mostrou que o Executivo “tem um projecto e uma linha de rumo para o país”, e considerou “estranho” que as oposições critiquem o facto de o Governo socialista ter apresentado o programa que foi sufragado pelos portugueses. “Este é um Governo com vontade de seguir por um caminho claramente sufragado pelo país”, disse.

Assis referiu, por outro lado, que na legislatura que agora começa “não há nenhuma maioria do Governo, mas também não há nenhuma maioria da oposição”, salientando que o Executivo do PS “assume as suas responsabilidades, mas também a abertura necessária para uma negociação séria e transparente com as outras forças políticas para discutir medidas para o futuro do país e contribuir para a estabilidade”.

Mas, avisou: “Não contem conosco para renunciarmos aos nossos compromissos”.

No primeiro dia de discussão do programa do Governo, o líder do GP/PS interveio ainda para desmontar o já discurso estafado de Manuela Ferreira Leite contra o papel do Estado na economia, lembrando que a aposta do Governo português no investimento público para relançar a economia e combater a crise é seguida na maioria dos países europeus com governos de diversos quadrantes políticos. Com esta postura, disse Assis, “o PSD está em oposição clara com tudo o que se está a fazer na Europa”.

Já a vice-presidente da bancada socialista, Maria de Belém, elogiou o Tratado de Lisboa, um documento que, na sua opinião, “reforça a dimensão social do projecto europeu, ao incorporar, nomeadamente, a Carta dos Direitos Fundamentais”.

Segundo Maria de Belém, a “nova arquitectura” que traz o Tratado de Lisboa vai ainda conferir “maior transparência às instituições europeias”.

Por outro lado, a ex-ministra da Saúde do primeiro Governo de António Guterres manifestou-se contra a actual formulação da directiva europeia sobre a livre circulação de pacientes,



alertando que colocará em causa a sustentabilidade dos serviços nacionais de saúde.

“Esta directiva deve ser reconduzida ao objectivo de garantir cuidados de saúde em relação ao que cada Estado-membro não consegue assegurar e não contribuir para o agravamento das desigualdades em saúde, porque se sabe que são os cidadãos mais informados que recorrem aos mecanismos mais sofisticados”, afirmou.

Investimento público modernizador

Da bancada do Governo Teixeira dos Santos subiu à tribuna para reafirmar a prioridade do “investimento público modernizador” e a manutenção de medidas de

O primeiro-ministro sublinhou que a “primeira prioridade” do Executivo para a legislatura que agora começa é “combater a crise, relançar a economia e promover o emprego” e nesse âmbito reafirmou que “não haverá relançamento da economia sem o contributo decisivo do Estado e do investimento público”

estímulo à economia durante 2010, frisando que estes objectivos têm de ser compagináveis com o equilíbrio e sustentabilidade das contas públicas.

“Daremos particular atenção à análise custo-benefício de cada projecto, à identificação dos meios de financiamento necessários, bem como à avaliação dos seus impactos orçamentais”, disse o ministro das Finanças.

Segundo defendeu Teixeira dos Santos, os investimentos terão de garantir um estímulo à economia, reforçar a sua competitividade e aumentar a capacidade exportadora das empresas portuguesas e dotar o país de “equipamentos colectivos que melhorem o bem-estar dos portugueses”.

Por outro lado, o titular da

pasta das Finanças afirmou que o Governo não tem preconceitos ideológicos no que respeita a privatizações, sublinhando que essa opção estará em cima da mesa sempre que tal se “traduza num contributo positivo para o país, em empresas mais dinâmicas, com maior capacidade de estar nos mercados, produzindo com melhor qualidade”.

Promoção do emprego é prioridade

Já a ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, afirmou que a promoção do emprego será a sua principal prioridade, a par de um especial enfoque no reforço das qualificações dos portugueses.

“Temos que continuar a centrar todas as nossas energias no relançamento da economia e na promoção do emprego, combatendo, por um lado, as dificuldades que resultam das baixas qualificações dos portugueses e, por outro, os efeitos da crise”, disse.

Helena André sublinhou que os objectivos do Governo em matéria de emprego, de redução das desigualdades e da pobreza, e do desenvolvimento das políticas de protecção social têm de ser feitos em concertação com a Assembleia da República e com os parceiros sociais.

“É indispensável contar com os resultados positivos que o debate político pode resultar e a concertação pode dar”, frisou.

Um programa de ambição para o futuro

O investimento público, como instrumento de combate à crise, a promoção do emprego, a modernização da economia e o reforço das políticas sociais são as

prioridades do programa do XVIII Governo Constitucional, que assume um rumo, uma estratégia virada para o futuro, de forma a enfrentar, com responsabilidade

e determinação, a maior crise económica mundial dos últimos 80 anos, conforme se observa nas suas traves-mestras que aqui sintetizamos.



ECONOMIA, EMPREGO E MODERNIZAÇÃO

Linhas gerais da política económica

- Prosseguir a modernização de Portugal e da sua economia
- Investir na competitividade, na modernização tecnológica e na valorização das exportações
- Continuar a mobilizar recursos para atenuar os efeitos da crise económica internacional sobre as famílias e as empresas

Relançar a economia, promover o emprego

- Avançar com o investimento público modernizador
- Apoiar as Pequenas e Médias Empresas (PME)
- Internacionalizar a economia

- Firmar um pacto para o emprego e reforçar a parceria com o sector social

- Qualificar mais portugueses
- Avançar com actualização tecnológica
- Valorizar o desenvolvimento das energias renováveis apostando na eficiência energética

Modernizar Portugal

- Dinamizar o Plano Tecnológico
- Aproximar Portugal dos parceiros comunitários mais desenvolvidos
- Avançar na inovação, na tecnologia e na sociedade do conhecimento, reforçando a competitividade empresarial e impulsionando o empreendedorismo

- Modernizar o Estado simplificando a vida aos cidadãos e às empresas

Regular o mercado, defender os consumidores

- Melhorar o funcionamento do mercado através da defesa da concorrência, da regulação e da promoção da defesa dos consumidores
- Aprofundar a adopção das melhores práticas internacionais de regulação e supervisão financeira
- Reformar o modelo de supervisão
- Alargar o perímetro da supervisão financeira
- Criar um fundo de cobertura de risco sistémico

Prosseguir a consolidação das finanças públicas

- Apostar na continuidade da estabilidade de umas finanças públicas sãs, assentes em reformas estruturais que assegurem o controlo e redução do peso da despesa pública
- Rejeitar um agravamento de impostos
- Assegurar a viabilidade financeira dos diversos serviços públicos e dos sistemas de saúde e de protecção social
- Orientar a despesa de forma eficiente para as prioridades da política económica e social com base num sistema fiscal que incentive o trabalho e o investimento



Mais e melhor educação para todos

- Concretizar a universalização da frequência da educação básica e secundária
- Consolidar e alargar as oportunidades de qualificação certificada para jovens e adultos que entraram no mercado de trabalho sem habilitações do secundário
- Continuar a desenvolver programas de melhoria da qualidade das aprendizagens
- Reforçar os recursos, as condições de funcionamento, o papel e a autonomia das escolas
- Valorizar o trabalho e a profissão de docente

Um contrato de confiança com o Ensino Superior

- Contrariar processo de bloqueio corporativo à entrada nas profissões tituladas por formações superiores
- Relançar o ensino à distância em Portugal e no espaço das comunidades de língua portuguesa
- Criar gabinetes de apoio ao emprego e ao empreendedorismo em todas as instituições de ensino superior

- Promover a generalização da oferta de cursos de especialização tecnológica por instituições de ensino superior politécnico
- Garantir uma oferta coordenada de formação especializada de nível profissional em tecnologias de informação e sistemas de informação
- Prosseguir com o investimento na acção escolar
- Manter inalterados os valores, em termos reais, das propinas de licenciatura e zelar pelo cumprimento da limitação legal das propinas de mestrado
- Lançar um programa especial para o desenvolvimento do Ensino Superior
- Reorganizar as ofertas educativas da rede pública
- Reforçar as parcerias internacionais entre instituições de ensino superior e laboratórios de investigação

Renovar o compromisso com a Ciência

- Atingir os níveis de desenvolvimento científico de países europeus de dimensão equivalente à nossa
- Triplicar o número de patentes internacionais
- Aumentar a despesa pública em I&D
- Reforçar o sistema de apoio fiscal à investigação e desenvolvimento nas empresas
- Ampliar o esforço de formação de doutorados e a contratação colectiva de doutorados para instituições científicas
- Garantir a todos os investigadores doutorados um regime de protecção social idêntico ao dos restantes trabalhadores
- Lançar um programa de infra-estruturas científicas
- Criar o Simplex-Ciência

Investir na Cultura

- Reforçar o orçamento da Cultura
- Promover a criação nos países lusófonos de redes de bibliotecas básicas de cultura em língua portuguesa e a criação de redes de escolas
- Reforçar o Fundo da Língua
- Instituir a Academia da Língua Portuguesa
- Apoiar processos de reabilitação do património classificado
- Criar uma Fonoteca Nacional
- Reavaliar os modelos de gestão de museus e palácios
- Reforçar os meios materiais e humanos dos museus, arquivos e outros equipamentos de preservação e divulgação do património cultural

- Expandir a rede de arquivo distritais e municipais
- Apoiar os artistas e criadores, bem como as artes e as indústrias criativas e culturais
- Aperfeiçoar o estatuto de carreiras artísticas
- Defender a revisão da lei da cópia privada
- Estimular a produção audiovisual independente



Mais protecção social

- Introduzir um novo apoio público às famílias trabalhadoras com filhos
- Prosseguir com a elevação do salário mínimo nacional
- Continuar a combater os falsos recibos verdes
- Reforçar o sistema público de Segurança Social
- Continuar a combater a fraude e evasão fiscais
- Elevar o rendimento dos idosos
- Aumentar o apoio social a cidadãos com deficiência e incapacidade
- Lançar um novo Portal da Segurança Social

Apoiar as famílias e a natalidade

- Criar a Conta Poupança-Futuro a favor de cada criança por ocasião do seu nascimento
- Duplicar as creches com horário alargado
- Rever a legislação enquadradora da actividade das amas
- Modernizar o sistema de protecção de crianças e jovens

Saúde: um valor para todos

- Reforçar o sistema de saúde
- Consolidar a reforma dos cuidados de saúde primários
- Antecipar o prazo para a concretização da rede nacional de cuidados continuados
- Alargar progressivamente o acesso a cuidados de saúde oral a todas as crianças entre os 4 e o 16 anos
- Dinamizar fortemente a promoção da saúde, especialmente no que diz respeito à pandemia da gripe A, diabetes, dependências (drogas), VIH/SIDA, oncologia, saúde materno-infantil, idosos e saúde mental
- Executar a reforma da organização interna dos hospitais
- Promover a revisão global do actual sistema de comparticipação do medicamento

Integração dos imigrantes

- Lançar um novo Plano para a Integração dos Imigrantes
- Implementar a 4.ª Geração do Programa Escolhas
- Apoiar a formação de professores para a resposta aos problemas das comunidades imigrantes
- Alargar o direito de petição aos estrangeiros legalmente residentes em Portugal

Mais igualdade, combater as discriminações

- Propor a aprovação de uma Lei da Igualdade
- Remover as barreiras jurídicas à realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo
- Aperfeiçoar os mecanismos de apoio às vítimas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género

Uma política integrada de Juventude

- Universalizar a educação secundária, tornando obrigatório o ensino até ao 12º ano
- Criar uma nova bolsa de estudos para os alunos do secundário abrangidos pelos dos primeiros escalões do abono de família
- Criar um programa de estágios profissionais na Administração Pública para 5 mil jovens
- Criar um programa de estágios INOV-SOCIAL com mil vagas
- Alargar o programa INOV-JOVEM
- Criar o novo programa INOV-EXPORT

- Reforçar o INOV-ART e o Porta 65
- Criar a Conta Poupança-Futuro
- Dinamizar um “Balcão Futuro” ou gabinetes de apoio ao emprego e ao empreendedorismo nas instituições do ensino superior para orientar e apoiar a entrada dos jovens na vida activa



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA

Desenvolvimento sustentável e Ambiente

- Responder ao desafio das alterações climáticas no quadro do Protocolo de Quioto
- Prosseguir o importante investimento feito nas energias renováveis
- Favorecer a disponibilização no mercado português de veículos eléctricos
- Recuperar os passivos ambientais
- Aprofundar a reforma fiscal ambiental
- Rever a Lei de Bases do Ambiente

Ordenamento do Território e Cidades

- Simplificar, descentralizar e dar maior eficácia ao sistema de planeamento territorial
- Aprovar uma nova lei de solos
- Executar a Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira
- Desenvolver a Política de Cidades (POLIS XXI)
- Favorecer a reabilitação urbana



Uma estratégia para a Habitação

- Operacionalizar o Plano Estratégico para a Habitação 2009-2015
- Concluir o PER e erradicar as barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto
- Disponibilizar habitação aos agregados familiares mais carenciados
- Garantir uma nova geração de acordos PROHABITA, com regime concursal de acessos e regimes diversificados de arrendamento
- Diversificar programas de habitação a custos controlados

Desenvolvimento regional e coesão do território

- Potenciar a estratégia e os instrumentos previstos no QREN
- Consolidar a iniciativa Provere – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
- Desenvolver uma verdadeira cooperação transfronteiriça de segunda geração

Mais desporto, melhor qualidade de vida

- Generalizar a prática desportiva e o Desporto para Todos
- Promover o desporto em proximidade
- Consolidar e reforçar os cuidados e serviços médico-desportivos
- Fomentar o aumento da prática desportiva na escola
- Instituir e operacionalizar o Programa Nacional de Formação de Treinadores
- Implementar o Programa Nacional de Ética no Desporto
- Desenvolver um programa de investimento em infra-estruturas desportivas
- Continuar a construção da Rede Nacional de Centros de Alto Rendimento
- Elaborar e aprovar um Manual de Boas Práticas de Projecto para as infra-estruturas desportivas
- Promover a remodelação do Pavilhão Carlos Lopes para instalar o Museu Nacional do desporto
- Reforçar a aposta nos eventos desportivos que promovam Portugal no contexto global

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA



Aprofundar a descentralização, uma administração autárquica para o século XXI

- Consolidar a coordenação territorial das políticas públicas, como processo preliminar gerador de consensos alargados em torno do processo de regionalização
- Aprofundar a descentralização de competências para os municípios
- Definir um novo estatuto para as freguesias, adequado ao seu papel de autarquias de maior proximidade às populações
- Concretizar um novo sistema de governo local que consagre a estabilidade e homogeneidade dos executivos e o reforço dos poderes deliberativos e de fiscalização política das assembleias municipais
- Generalização a todos os municípios das Lojas do Cidadão de 2ª Geração

REGIÕES AUTÓNOMAS



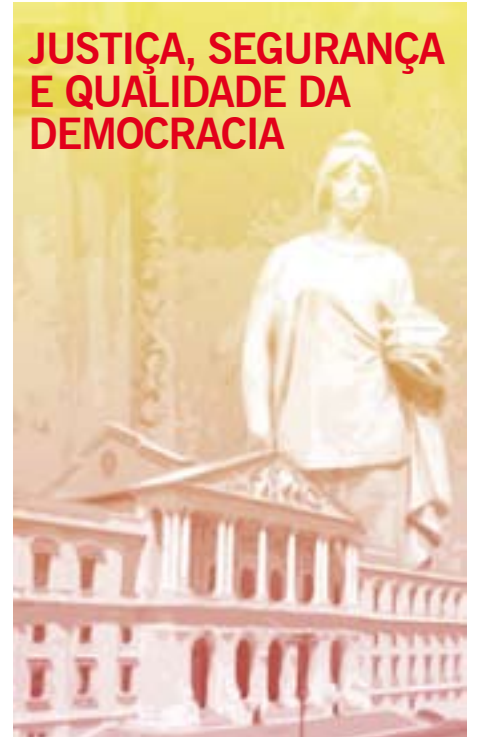
Aprofundar a autonomia

- Consolidar e desenvolver o modelo constitucional de autonomia regional nas suas diversas componentes, institucional, económica, social e cultural
- Garantir o cumprimento e a avaliação

da Lei de Finanças para as regiões autónomas, prosseguindo o objectivo de convergência, de solidariedade e de coesão

- Assegurar, de forma concertada com as autoridades regionais, a total complementaridade entre o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Regional de Saúde de cada uma das regiões
- Proceder à requalificação dos serviços do Estado nos Açores e na Madeira, estabelecendo um Plano integrado para o efeito, tendo em atenção as necessidades e as características territoriais em causa
- Garantir, tendo em consideração a utilização da Base das Lajes, benefícios apropriados para os Açores, resultantes do acordo de cooperação e defesa entre Portugal e os EUA, atendendo igualmente aos interesses do contingente laboral português ao serviço da Força Aérea Americana

JUSTIÇA, SEGURANÇA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA



Justiça

- Promover novas políticas para melhorar a qualidade do serviço público de Justiça, pugnando por uma Justiça que seja vista pelos cidadãos mais como um serviço do que como poder
- Assumir a Justiça como factor de promoção do desenvolvimento económico, criando condições para a segurança jurídica, a confiança e a captação de investimento e externo
- Continuar a aperfeiçoar os moldes institucionais e organizativos em que funciona a Justiça, de forma a torná-la mais simples e desburocratizada, mais célere, mais acessível, mais pontual, mais transparente e previsível, com as vias alternativas e mais eficaz na investigação e punição do crime
- Aumentar a liberdade de escolha do cidadão no âmbito das diferentes opções proporcionadas pelo serviço público de Justiça, sem prejuízo do princípio do juiz natural
- Assumir um compromisso público quantificado relativamente à redução dos prazos de decisão nos processos

- Eliminação ou redução das custas judiciais em casos de incumprimento injustificado dos prazos judiciais de decisão
- Redefinição da figura do defensor officioso
- Criação de “equipas mistas de intervenção rápida” para resolver casos problemas relativos a processos que se prolonguem excessivamente
- Reforçar os meios afectos ao combate à corrupção
- Criação nos serviços públicos, nos diversos níveis da Administração central, regional e local e nas empresas públicas, códigos de conduta e medidas de prevenção de riscos de corrupção, de modo a reduzir ocasiões e circunstâncias propiciadoras da corrupção

Segurança

- Criação de uma Brigada de Investigação Tecnológica, que constituirá uma unidade policial habilitada para responder à criminalidade cibernética
- Reforço do número de efectivos da GNR, da PSP e da PJ
- Aquisição de 20 mil armas de 9mm e 5 mil coletes antibalísticos para a PSP e GNR
- Aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária
- Alargar a Rede Nacional de Controlo de Velocidade, aperfeiçoar o processo contra-ordenacional, melhorar a fiscalização e promover campanhas de sensibilização e de prevenção rodoviária

Qualidade da democracia

- Criar as condições para o apoio político e social para colocar com êxito, no quadro da próxima legislatura, e nos termos definidos pela Constituição, a regionalização administrativa do país, no modelo das cinco regiões

- Proceder à revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República, salvaguardando os princípios da proporcionalidade, maior aproximação entre eleitos e eleitores, governabilidade e representatividade, com reconfiguração dos actuais círculos eleitorais
- Aprovação do regime de limitação de mandatos no exercício de funções do primeiro-ministro e dos presidentes dos governos regionais
- Incentivar o desenvolvimento empresarial do sector da comunicação social, assegurar condições para a efectiva democratização do acesso às novas plataformas de informação e zelar pela oferta, universal e igual, de uma diversidade substancial de serviços dos “media”



Defesa Nacional

- Garantir a soberania do Estado e dos cidadãos
- Aumentar a segurança externa e cooperar no quadro das alianças a favor da segurança internacional e da paz

- Garantir a integridade do território e dos valores fundamentais da ordem constitucional, a liberdade e a segurança das populações e o património nacional
- Defender a liberdade de acção dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, assegurando a manutenção da paz de acordo com os interesses nacionais

Segurança Cooperativa

- Reafirmar a presença e empenhamento de Portugal nas organizações internacionais e sistemas de alianças a que pertence

Missões das Forças Armadas

- Participar em missões internacionais de natureza militar, nomeadamente integradas no sistema de defesa colectiva da aliança atlântica e na política europeia de segurança e defesa

Política Externa, Integração Europeia e Comunidades Portuguesas

- Apostar numa nova ordem internacional que valorize o multilateralismo, como mecanismo para o relacionamento e resolução dos conflitos entre estados
- Participar nas negociações para a criação de novos acordos, designadamente no âmbito do comércio internacional (ronda de Doha) e sobre as alterações climáticas (pós-Quioto)

Construção europeia

- Privilegiar a nível da União Europeia (UE) a necessidade de ultrapassar a crise económica e financeira mundial e atenuar os seus efeitos, promovendo medidas que permitam relançar o emprego e o crescimento

Relações económicas externas

- Dar novo impulso à internacionalização da economia portuguesa
- Promover políticas públicas que contrariem o atraso estrutural do empresariado e dos processos de produção
- Reforçar os mecanismos de apoio à participação, assegurando uma mais adequada articulação entre o empresário e as redes de conhecimento desenvolvidas nas embaixadas
- Dar prioridade à captação de mais investimento externo
- Reforçar a capacidade de penetração internacional dos agentes económicos nacionais em parcerias com empresários da diáspora portuguesa

Comunidades portuguesas

- Modernizar as estruturas da rede consular, não só na vertente do atendimento, mas também enquanto componentes de acção cultural, promoção económica e acção social
- Valorizar a produção intelectual e artística da diáspora
- Fomentar as relações com os empresários portugueses no estrangeiro, fortalecendo o pilar do programa NETINVEST
- Apostar no desenvolvimento da cooperação com os países de língua oficial portuguesa
- Avançar com a criação de um estatuto do cidadão da CPLP
- Promover a aplicação dos acordos de Brasília
- Privilegiar a expansão dos sistemas de ensino dos Estados-membros da CPLP, promovendo a difusão da língua portuguesa fora do espaço dessa comunidade
- Financiar, através do Fundo da Língua Portuguesa entretanto criado, projectos que visem a valorização e a difusão da língua portuguesa no mundo.



Assis eleito líder da bancada socialista

A DIRECÇÃO do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), presidida por Francisco Assis, foi eleita, no dia 3, com 69 votos a favor e 15 contra, tendo participado 92 dos 96 deputados socialistas. Houve sete votos em branco e um nulo.

A lista de Assis para a direcção da bancada do PS na Assembleia da República é verdadeiramente paritária: seis mulheres e seis homens.

Do lado feminino, a independente Inês de Medeiros, a ex-ministra da Saúde Maria de Belém, Paula Barros e Sónia Fertuzinhos entram para a vice-presidência da bancada parlamentar, onde se mantêm Ana Catarina Mendes e Manuela de Melo. Do lado masculino, entram para a direcção de Assis o ex-eurodeputado e antigo líder da JS Sérgio Sousa Pinto e o presidente da Federação do Porto, Renato Sampaio, mantendo-se Jorge Strecht, Mota Andrade, Carlos Candal e Ricardo Rodrigues.

Em declarações aos jornalistas, depois de ter votado nas eleições para a liderança da bancada socialista, Francisco Assis afirmou-se disponível para “um diálogo permanente com os demais grupos parlamentares” para encontrar “os consensos necessários”, mas tendo o programa do Governo como “base referencial”.

O presidente do GP/PS considerou que vai ter “uma tarefa exigente” e prometeu exercê-la com “total abertura de espírito”. Ou seja, explicou, “por um lado, afirmação clara das nossas prioridades, mas,



ao mesmo tempo, disponibilidade para um diálogo permanente com os demais grupos parlamentares para alcançar os consensos necessários para a aprovação das diversas iniciativas”.

Por outro lado, Francisco Assis afirmou que “nenhum programa do Governo pode ser entendido como um dogma”, porque, sublinhou, “é uma espécie de cartão de identidade programática, é a matriz da acção do Governo, é a base referencial da acção do Governo. É uma base, é um compromisso essencial do Governo”.

E adiantou que o Grupo Parlamentar do PS vai “afirmar esse programa” e ter, “ao mesmo tem-

po, abertura para que se possam alcançar os entendimentos que são necessários”.

Segundo Assis, “o Governo tem de ter uma postura muito responsável, de quem tem uma linha de orientação, mas, ao mesmo tempo, tem abertura para dialogar e para promover os consensos necessários”.

“É evidente que este Governo tem consciência de que não dispõe de uma maioria absoluta de suporte na Assembleia da República, portanto, tem de ter abertura para as negociações, que se devem fazer de forma séria e transparente. É isso que nós nos vamos empenhar em fazer”, acrescentou.

PS preside a seis comissões

APÓS uma longa reunião, a conferência de líderes acordou no passado dia 4 de Novembro na distribuição das presidências das 13 comissões parlamentares permanentes da XI legislatura, através da aplicação do método de Hondt.

De acordo com o regimento da Assembleia da República, as presidências das comissões são repartidas pelos grupos parlamentares em proporção do número dos seus deputados.

Assim sendo, o PS, que foi o partido mais votado e elegeu 96 deputados, ficou com a presidência de seis comissões: Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Assuntos Económicos; Educação e Ciência; Trabalho, Segurança Social e Administração Pública; e a comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

O PSD vai presidir a cinco comissões: Orçamento e Finanças; Obras Públicas; Saúde; Defesa Nacional; Ética e Sociedade.

O CDS-PP, apesar de ter pro-



posto a criação da Comissão de Agricultura na nova legislatura, escolheu, afinal, presidir à comissão de Negócios Estrangeiros, ao passo que o Bloco de Esquerda ficou com a presidência que restou, a da Co-

missão de Agricultura e Pescas.

A instalação das comissões parlamentares foi marcada para o dia 12 de Novembro, de acordo com a deputada Celeste Correia, portavoz da conferência de líderes.

REUNIÃO DO GRUPO PARLAMENTAR PS REJEITA REFERENDO SOBRE CASAMENTOS HOMOSSEXUAIS

O LÍDER parlamentar do PS, Francisco Assis, recusou a proposta do deputado do CDS-PP Ribeiro e Castro para a realização de um referendo sobre casamentos homossexuais, afastando no entanto a possibilidade da adopção de crianças por casais gay.

Francisco Assis falava no dia 3 aos jornalistas no final da primeira reunião do actual Grupo Parlamentar do PS, que durou cerca de uma hora e que se destinou a preparar o debate do programa do Governo, que entretanto teve lugar nos dias 5 e 6.

“Não faz qualquer sentido estar agora a promover um referendo. Para mais já se verificou no país que o referendo é um modelo de organização da decisão política habitualmente pouco participado”, defendeu o presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Francisco Assis sustentou ainda que “não faz sentido” a proposta de referendo do ex-líder do CDS-PP, porque, lembrou, o casamento entre pessoas do mesmo sexo constou nos programas de diversos partidos nas últimas eleições legislativas.

Este Parlamento, salientou, “tem toda a legitimidade para tratar do assunto [casamento entre pessoas do mesmo sexo] e vai tratá-lo brevemente”.

Interrogado sobre o calendário para a discussão deste tema em plenário da Assembleia da República, Francisco Assis adiantou que o mesmo será objecto de uma proposta de lei do Governo.

“Essa iniciativa vai surgir brevemente, mas não quero ficar refém de qualquer compromisso temporal”, disse, antes de reiterar que o Executivo não contemplará a adopção de crianças por casais do mesmo sexo.

“A adopção vai ficar fora da iniciativa legislativa do Governo, porque não constava no programa eleitoral do PS”, referiu.

No final da reunião, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, referiu-se ao motivo principal da reunião da bancada do PS, dizendo que “faz sentido” que Governo e deputados socialistas, “cada um na sua esfera de competências, se preparem para o debate do programa do Governo”.



GAMA ACABA COM DESDOBRAMENTO DAS VIAGENS DOS DEPUTADOS

OS DEPUTADOS vão deixar de poder fazer desdobramento dos bilhetes de avião nas viagens oficiais, ou seja, converter um bilhete de 1ª classe em dois de 2ª, permitindo assim acompanhante, bem como não vão usufruir da possibilidade de acumular milhas no seu cartão, com os tradicionais bónus que as companhias dão aos utentes mais frequentes.

A decisão foi anunciada pelo presidente da Assembleia da República, no dia 4, numa conferência de líderes parlamentares. No final, Jaime Gama exortou os outros órgãos de soberania e a Administração Pública em geral a seguirem este “exemplo de modernidade”.



VIII Congresso da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN

Por um sindicalismo de propostas e acção

É preciso “respeitar” o acordo celebrado pelos parceiros sociais sobre o aumento do salário mínimo, porque “não é o valor de 25 euros que vai reduzir a competitividade das empresas”, afirmou, no dia 8, a dirigente do PS e ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, na sessão de encerramento do VIII Congresso da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, onde o líder desta estrutura, Carlos Trindade, defendeu “um sindicalismo de contrapoder social”.

J. C. CASTELO BRANCO

DIRIGINDO-SE às centenas de sindicalistas presentes, Helena André começou por definir-se como “uma socialista que defende uma sociedade mais justa e igualitária e um movimento sindical mais forte”. Para a actual titular da pasta do Trabalho, o combate à crise mundial, provocada por um modelo muito liberal do ponto de vista económico, tem de passar por uma maior regulação da globalização, por forma a que “os trabalhadores não sejam sempre os perdedores”.

É preciso, sustentou a ministra, “um novo modelo de desenvolvimento com uma participação activa de todos os agentes económicos e sociais, que, entre outros pontos, reforce o diálogo social, lute contra as desigualdades e aumente as qualificações dos trabalhadores”.

No plano nacional, defendeu a necessidade de reduzir as “debilidades” da nossa economia, como os baixos salários e qualificações, a precariedade, apontando por isso os “sinais positivos” já dados pelo Governo de alargar as condições de

atribuição do subsídio de desemprego e aumento das pensões.

“É fundamental agilizar respostas e atacar problemas mais cedo, como, por exemplo, os casos de trabalhadores ameaçados de desemprego”, frisou.

Numa intervenção centrada nas conclusões da reunião magna que decorreu em Lisboa sob o lema “Valorizar o sindicalismo e lutar pela autonomia da CGTP-IN: Desenvolver a democracia e combater a crise”, o camarada Carlos Trindade disse que o país “necessita de um sindicalismo de contrapoder social, como aquele que defendemos, que passa por estudar e negociar propostas, que assina acordos quando são bons, mas quando é necessário faz reivindicações e greves”. E sublinhou: “Nunca nos deixámos resvalar para uma prática de bota-abaxismo, não nos revemos num sindicalismo de agitação permanente que não traz resultados”.

Carlos Trindade defendeu “o reforço da autonomia interna” na CGTP-IN e a entrada da central da Vítor Cordon na CSI – Con-



ferência Sindical Internacional, lamentando, de forma veemente, a posição contrária a este propósito dos sindicalistas comunistas. “Numa economia global, o movimento sindical deve ter mais força a nível mundial”, disse.

O secretário-geral da Corrente frisou ainda que “a crise mundial provocada pelas políticas neoliberais está a ser paga pelos trabalhadores”, considerando uma “vergonha” o ataque sistemático e permanente da direita contra o papel do Estado na economia.

Desemprego e precariedade insustentáveis

Já o líder da Tendência Sindical

Socialista (TSS) e secretário-geral da UGT, João Proença, afirmou que na actual conjuntura de crise “os trabalhadores estão confrontados com problemas brutais, como o desemprego e a precariedade laboral, que atingem níveis insustentáveis”. Por isso, considerou que “temos de procurar resolver estes desafios, através, nomeadamente, de uma aposta no investimento público que promova mais crescimento e consumo, pois só assim haverá melhor emprego”. Esta crise, frisou, “veio demonstrar o papel fundamental do Estado na economia”.

João Proença elogiou ainda a acção dos socialistas, quer da UGT quer da CGTP, no seio do

movimento sindical, lembrando, a propósito, que “os sindicatos são as instituições mais representativas da sociedade civil”.

Depois de defender que no actual quadro de crise o Governo “vai precisar de mais diálogo e de uma ainda maior sensibilidade social” e de alertar que “os patrões vão assumir posições radicais sobre o aumento do salário mínimo”, o líder da TSS manifestou o seu “respeito pelo passado sindical da nova ministra do Trabalho”, que, frisou, “dá-nos confiança”.

É que, lembrou, “Helena André, se não fosse chamada a exercer funções governativas, ia ser a dirigente máxima do movimento sindical europeu”.



Costa quer continuar a Unir Lisboa



REFORÇO da natureza plural do Executivo, combate à corrupção, desburocratizar os serviços camarários, e uma cidade com mais habitantes, menos automóveis e sem aeroporto foram alguns dos temas do discurso de tomada de posse do presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, numa cerimónia que se realizou ao ar livre, na Praça do Município.

A propósito de uma eventual abertura a outras forças políticas para integrarem o Executivo camarário, Costa não só manifestou a sua total disponibilidade, como recordou que, tal como o Governo do país, “todos estamos obrigados ao diálogo construtivo”.

“Tenho a certeza”, disse, que ao sublinhar este aspecto “interpreto bem a vontade dos eleitores” ao renovar, neste início de mandato, a “disponibilidade para reforçar a natureza plural desta maioria na Câmara e para alargar à Assembleia Municipal”.

A maioria alcançada no executivo, disse, “não é uma maioria fechada”, mas sim “um espaço aberto” que assim continuará “para unir Lisboa”.

António Costa não deixou contudo de comparar o mandato da mais importante e maior autarquia ao Governo do país, sublinhando que sem maiorias na Assembleia da República e na Assembleia Municipal, “ninguém pode impor a sua posição aos demais”.

À cerimónia compareceram centenas de pessoas que encheram o magnífico largo em frente dos Paços do Concelho, incluindo personalidades que já assumiram responsabilidades na autarquia da capital, casos de Jorge Sampaio e de João Soares, tendo ainda estado presentes os ministros Rui Pereira e Luís Amado, respectivamente

da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros, e o actual secretário de Estado da Protecção Civil, Vasco Franco, que foi vereador da Câmara de Lisboa em anteriores mandatos. Assistiram também diversas figuras públicas ligadas à cultura que apoiaram a candidatura de António Costa, como foi o caso do músico Carlos do Carmo e do actor André Gago, entre outros.

A cerimónia da Praça do Município de instalação dos órgãos municipais prolongou-se por cerca de uma hora e meia tendo a primeira chamada sido dirigida



para a cabeça de lista à Assembleia Municipal, eleita pela lista “Unir Lisboa”, Simoneta Luz Afonso.

No próximo dia 11 de Novembro, em reunião do Executivo municipal, será discutido o empréstimo de 120 milhões de euros destinados a concretizar o programa de investimento em reabilitação urbana, um plano que, recorde-se, foi chumbado no anterior mandato pela Assembleia Municipal de maioria de direita.

Antes o executivo camarário reunirá para decidir as delegações de competências, o regimento e o limite à contratação de assessores.

Helena Roseta assumirá o pelouro da Habitação, Manuel Salgado, que acumulará a função da vice-presidência, ao pelouro do Urbanismo, Sá Fernandes mantém o Ambiente e Higiene Urbana, Manuel Brito junta o pelouro do Desporto à Educação e Acção Social, a antiga secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto, assume no município o pelouro correspondente àquela área, Maria João Mendes passará

a ser a responsável pelas Finanças e Património, Fernando Nunes da Silva a Mobilidade e Obras e Graça Fonseca a Modernização e Reforma Administrativa.

Recorde-se que a lista “Unir Lisboa”, encabeçada por António Costa, conquistou a maioria absoluta nas eleições autárquicas para a Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa, em 11 de Outubro passado, com 44,01% dos votos e nove mandatos. **R.S.A.**

OPINIÃO



CATARINA MARCELINO
Deputada do PS; Presidente do DFMS Setúbal

Chegou a hora de assumir sem preconceito a área da igualdade de género, que tanto tem sido penalizada em Portugal por uma mentalidade conservadora

A IGUALDADE E O NOVO GOVERNO DE SÓCRATES

O DEPARTAMENTO Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal saúda José Sócrates, congratulando-se pela integração de cinco ministras e uma secretaria de Estado para a Igualdade no XVIII Governo Constitucional.

Esta iniciativa do primeiro-ministro, a par com a Lei da Paridade, apresentada pelo PS em 2006, mas só agora aplicada, com resultados que se vêm nas bancadas de todos os partidos na Assembleia da República e com um aumento exponencial de mulheres autarcas em todo o país, mostra bem a importância que o Partido Socialista, enquanto partido moderno e progressista, dá à participação das mulheres na política como factor de desenvolvimento e de qualidade da nossa democracia.

Cinco ministras em pastas de extrema importância – Ambiente, Trabalho, Saúde, Educação e Cultura.

As cinco ministras que fazem parte do Executivo governamental, reafirmam a representatividade efectiva da composição social que, devido a séculos de História e às diferenças sociais de género que esse longo período acarretou, trouxeram experiências e contributos diferentes para o colectivo, essenciais para o desenvolvimento do país.

Mas também a nova pasta da igualdade, que tem experiências passadas nos governos de Guterres, quer com Maria de Belém como ministra, quer com Maria do Céu Cunha Rêgo como secretária de Estado, é um contributo e também um compromisso que pode ser decisivo para a transversalidade da igualdade de género nas diferentes dimensões da vida social.

Chegou a hora de assumir sem preconceito a área da igualdade de género, que tanto tem sido penalizada em Portugal por uma mentalidade conservadora, mesquinha e periférica com consequências nefastas na vida quotidiana e individual das mulheres e dos homens.

Basta olhar, e não é necessário rigor científico – homens e mulheres não têm tratamento igual no mercado de trabalho, homens e mulheres não têm responsabilidades idênticas na vida familiar, homens e mulheres têm especificidades diferentes na saúde, homens e mulheres são fruto de uma educação que perpetua as desigualdades, e poderia continuar a enumerar diferentes áreas onde a dimensão de género e os impactos têm que ser considerados.

Esta maior igualdade no Governo, com mais de 30% de ministras, conjuntamente com a nova secretária de Estado que, esperamos traga um compromisso do Governo com esta dimensão em todas as áreas de intervenção, faz com que as mulheres socialistas de Setúbal se sintam orgulhosas por pertencer ao partido que tem vindo ao longo da História da democracia portuguesa a pugnar por uma maior participação das mulheres na política, fundamentalmente neste momento, porque está a fazer, no presente, a história da igualdade acontecer em Portugal.

Desejamos às ministras Dulce Pássaro, Helena André, Ana Jorge, Isabel Alçada e Gabriela Canavilhas, bem como a todas as secretárias de Estado com especial destaque para Elza Pais, um trabalho frutuoso e de sucesso em prol do futuro de Portugal.

OPINIÃO



FERNANDO MONTENEGRO
Auditor de Política Externa Nacional
Clube Reflexão Política A Linha

As preocupações económicas passam a ser parte integrante da diplomacia moderna

A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA ECONÓMICA NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

MUITO se tem falado sobre diplomacia económica no âmbito das eleições legislativas.

Nunca se falou tanto de diplomacia económica e da sua relevância. Contudo, importa ter presente o que esta pressupõe para um país como Portugal na actual conjuntura internacional.

Sem prejuízo da estabilidade verificada ao nível dos eixos de intervenção e das prioridades estratégicas da política externa nacional, as profundas transformações ocorridas no sistema internacional reforçaram a urgência da reorganização do nosso modo de implantação no exterior.

Neste contexto, a diplomacia económica, enquanto instrumento ímpar na acção externa do Estado, ganha acrescida relevância, assumindo um papel fundamental na internacionalização da economia portuguesa e na captação de investimento directo estrangeiro.

O modo como os Estados passaram a perspectivar a diplomacia económica, implicou a mudança de paradigma em que assentavam os seus aparelhos diplomáticos. Alterou-se assim o perfil do diplomata, adaptando-o aos novos "tempos".

As novas competências da actividade diplomática traduzem-se, nomeadamente: na alteração do modelo comunicacional, tornando a diplomacia mais "transparente"; no reforço da coordenação inter-ministerial e articulação entre actores distintos; na necessidade de englobar "visões" de actores não estatais na política externa; e uma maior especialização temática, sobretudo em áreas económicas.

As preocupações económicas passam a ser parte integrante da diplomacia moderna.

A lógica tradicional do paradigma diplomático consolidada em torno dos ministérios dos Negócios Estrangeiros tornou-se obsoleta, uma vez que o Estado deixou de ser "o" actor na cena internacional, para ser mais um, embora com estatuto privilegiado.

Mais do que nunca, importa repensar a rede diplomática e consular, procedendo, sempre que necessário e de forma ágil, a ajustamentos, garantindo uma efectiva adequação aos novos desafios, devendo este esforço ser partilhado com outros actores, agentes económicos e sectores do Estado.

O nosso modelo de diplomacia económica consagra uma dupla tutela, partilhada entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Com este modelo reforçou-se o apoio à internacionalização das empresas portuguesas, valorizando a vertente económica nas embaixadas e consulados. No entanto, a componente regional poderá ser desenvolvida, nomeadamente através de uma maior ligação às câmaras de Comércio.

Os sinais de definição clara de competências e de coordenação permitem antever uma inversão na tendência de criação de um número infundável de instituições com actividades complementares.

Porém, este modelo, em especial a sua arquitectura institucional, continua a merecer uma profunda reflexão, de modo a permitir ganhos de eficiência e eficácia, nomeadamente: na intersecção entre o domínio de assuntos políticos e económicos para informar decisões e orientações de política externa; no controle da execução dos planos de negócios projectados; na dinâmica de avaliação nos serviços técnicos e políticos dos ministérios; no enraizamento de actividades e perfis económicos na carreira diplomática; na intervenção da diplomacia nacional que continua fragmentada sectorialmente; na formação económica no seio da carreira diplomática; no perfil profissional do diplomata "afastado" das áreas económicas; e do estatuto de carreira de adido económico/comercial.

O reconhecimento da importância do papel que a diplomacia económica desempenha enquanto instrumento de política externa é hoje consensual. Contudo, a questão que se coloca é até onde se poderá alavancar este instrumento na acção externa dos Estados e quais serão as consequentes implicações na visão de uma nova diplomacia do século XXI, tendo em especial atenção que a mudança de paradigma está fortemente condicionada à visão do próprio corpo diplomático.

Avelar homenageia o fundador do PS José Emídio Medeiros

A JUNTA de Freguesia de Avelar, em colaboração com a Câmara Municipal de Ansião, no distrito de Leiria, realizou uma cerimónia, na Praça Costa Rego, de desceramento do busto do iminente advogado e um dos fundadores do Partido Socialista, José Emídio Figueiredo Medeiros.

Nascido em 1917, na freguesia de Ansião, este destacado militante antifascista foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Ansião, após o 25 de Abril de 1974.

As suas ideias republicanas e democráticas desde cedo se revelaram como provam os inúmeros artigos publicados em jornais de âmbito nacional e regional.

Aliás, foi correspondente e colaborador, durante mais de quarenta anos, em diversos órgãos de comunicação social, como o "República", "O Século", "Diário Popular", "Diário de Lisboa" ou o "Diário de Coimbra", entre outros.

José Emídio Figueiredo Medeiros destacou-se também no movimento associativo e cívico, tendo participado de forma muito activa nas candidaturas presidenciais de Norton de Matos e de Humberto Delgado.

Advogado com pergaminhos, o homenageado teve escritório nas vilas de Ansião e de Avelar, tendo desenvolvido ainda a sua actividade profissional em Tomar, Alvaiázere e Penela.



A cerimónia de homenagem contou com a presença, para além dos familiares do homenageado, designadamente do ex-secretário de Estado da Protecção Civil, no Governo anterior, de quem era pai, e actual deputado eleito pelo ciclo eleitoral de Leiria, José Miguel Medeiros, de muitas outras destacadas personalidades como

o presidente da Câmara Municipal de Ansião, Fernando Ribeiro Marques, do amigo de sempre António Arnaut, ou ainda do ex-ministro da Justiça Aberto Costa, também ele natural do distrito, e de muitas outras personalidades de referência da vida política regional e nacional e da advocacia. R.S.A.

Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui "Acção Socialista")
Semestral6€	Semestral...12€
Anual12€	Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em cheque;**
- Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**
ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!



Mesão Frio

Novo presidente da câmara do PS quer limpar imagem do concelho

DEPOIS de uma vitória histórica ao destronar uma “dinastia” laranja, que se perpetuava de pai para filho no poder desde o 25 de Abril, o novo presidente da Câmara de Mesão Frio, o socialista Alberto Monteiro Pereira, pretende saber qual a “real dívida” do município e limpar a imagem do concelho, que possui uma das maiores taxas de desemprego do país.

Alberto Monteiro Pereira tomou posse na semana passada como o primeiro presidente de câmara a ser eleito pelo PS em Mesão Frio, derrotando Marco Teixeira da Silva, que se recandidatava a um sexto mandato pelo PSD.

O novo presidente da câmara afirmou que a primeira medida que vai tomar é pedir uma auditoria às contas, para ter conhecimento da “real dívida” da autarquia. “Fala-se em 10 milhões de euros de dívida, mas se calhar até são mais, o que é muito dinheiro para uma câmara que tem apenas três milhões de euros de receitas por ano”, salientou.

Para o novo autarca, importante também é “limpar a imagem de Mesão Frio”, que este ano ficou tristemente conhecido como um dos concelhos do país com maior taxa de desemprego a afectar a população.

Sem embarcar em projectos “megalómanos” e em “utopias”,



Alberto Pereira considera que o turismo tem de ser a aposta de futuro neste concelho que diz ser a porta de entrada na região duriense.

Mas, antes de se pronunciar sobre o Douro Marina Hotel, que uma empresa quer construir junto ao rio Douro, e o Plano de Pormenor da Rede, que viabiliza o projecto, o autarca socialista ressaltou que quer tomar conhecimento dos dossiês.

“Não sei quais os acordos que foram feitos entre o presidente e o investidor. Tal como não sei o preço a pagar em estruturas de apoio ao hotel e os milhões de euros que a câmara teria que pagar”, disse, sublinhando que apenas sabe que

a situação financeira da autarquia “não permite entrar em grandes loucuras”.

Durante os próximos anos, o novo presidente da câmara pretende construir pequenas zonas industriais que permitam atrair a instalação de empresas no concelho, de forma a gerar a criação de mais postos de emprego, quer alargar o cemitério, pois diz que “já não há quase onde enterrar um morto na vila” e construir uma biblioteca.

“Temos que ajudar os nossos jovens a melhorar para que a escola de Mesão Frio saia de uma vez por todas das estatísticas negras do ensino em Portugal”, disse.

Guilherme Pinto promete fazer Matosinhos ainda melhor

EDUCAÇÃO, ambiente, solidariedade social e atracção de investimento são os quatro eixos fundamentais traçados para os próximos quatro anos pelo presidente da Câmara de Matosinhos, o socialista Guilherme Pinto, no discurso da cerimónia de tomada de posse do novo Executivo e da Assembleia Municipal, onde desafiou as outras forças políticas a apresentarem propostas, para que, em conjunto, “possamos fazer Matosinhos ainda melhor”.

O reeleito presidente da edilidade de Matosinhos considera que será “um mandato muito trabalhoso” onde a “política pura” não o preocupa, já que essa foi “decidida nas eleições”.

“A política pura é algo que nunca me preocupou muito porque sei lidar bem, com muita calma e muita serenidade, com essa política, onde normalmente se jogam as diferenças de personalidade”, disse Guilherme Pinto, acrescentando que “o importante agora são os projectos, aquilo que temos para fazer e as responsabilidades que nos foram confiadas”.



O presidente da Câmara de Matosinhos afirmou ainda que “este mandato tem um carácter mais pessoal” onde a confiança foi dirigida “à pessoa e não à memória de um trabalho como tinha sido há quatro anos”.

Segundo reiterou o autarca socialista, “Matosinhos é hoje um concelho com uma importância estratégica e quer continuar a sê-lo”, apontando a educação, o ambiente, a solidariedade social e a criação de condições para

atrair mais investimento como as principais prioridades para o mandato que agora formalmente se inicia.

“O desafio que fica feito a todos é serem oportunos e apresentarem as propostas que tiverem para apresentar para que, em conjunto, possamos fazer Matosinhos ainda melhor”, disse Guilherme Pinto, para quem “quatro anos é demasiado tempo para que alguém possa estar à espera de ter uma boa ideia e não a concretizar”.

TRATADO DE LISBOA PODE ENTRAR EM VIGOR JÁ EM JANEIRO

O ACORDO a que os líderes europeus chegaram na recente cimeira de Bruxelas, relativamente ao combate às alterações climáticas, foi saudado pelo primeiro-ministro português, para quem o resultado alcançado reforça a posição de liderança da Europa nas “difíceis negociações de Copenhaga”.

Por outro lado, tendo-se conseguido alcançar com a República Checa um acordo relativo à aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais a ratificação do Tratado de Lisboa por este Estado fica agora garante, mais perto, podendo “concretizar-se já no próximo dia 1 de Janeiro”, referiu também primeiro-ministro português.

Ao falar aos jornalistas no final da cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE), Sócrates considerou tratar-se de um “excelente um acordo” quanto aos objectivos da Europa para a conferência de Copenhaga, congratulando-se ainda com a repartição de custos no esforço contra o aquecimento global.

O chefe do Executivo de Lisboa lembrou, contudo, que apesar de não terem ficado acordados os montantes definitivos a disponibilizar por cada um dos 27 Estados-membros, ficaram todavia claros quais os “princípios para a repartição dos custos” no seio da UE. Mais adiante, considerou também que o acordo agora alcançado constitui “uma boa notícia para o mundo”, recordando que tem sido sobretudo a Europa a “assumir uma posição de liderança na luta contra o aquecimento global”.

Este facto, na opinião de Sócrates, vai permitir que a Europa se apresente na conferência de Copenhaga “com uma postura de liderança” bem estabelecida e com um mandato claro para uma negociação que se antevê “muito difícil”. R.S.A.



CONGRESSO DO PS/AÇORES EM FEVEREIRO

O XIV Congresso do PS/Açores vai ter lugar nos dias 26, 27 e 28 de Fevereiro, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira.

A data da reunião magna, aprovada pelo Secretariado do PS/Açores, “vai ser proposta à Comissão Regional do Partido, que se realizará a 14 de Novembro”, adiantou o PS em comunicado.

Na reunião do Secretariado esteve em análise o resultado das últimas eleições autárquicas, onde os socialistas açorianos conquistaram a presidência de 12 dos 19 concelhos e a maioria das juntas de freguesia.



Concluído processo para entrada em vigor do Tratado de Lisboa



A entrada em vigor do Tratado da União Europeia premeia a aposta política que o Governo português fez para a sua concretização, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no passado dia 3, reagindo à notícia de que o Presidente checo, Vaclav Klaus, assinara o Tratado de Lisboa, depois de o Tribunal Constitucional do seu país se ter pronunciado pela constitucionalidade do texto.

“O TRATADO de Lisboa foi uma das prioridades da presidência portuguesa da União Europeia em 2007. Batemo-nos por esse acordo político, foi uma negociação difícil e um árduo caminho, mas valeu a pena, lembrou Sócrates, sustentando de seguida que “a entrada em vigor do Tratado de Lisboa recompensa o longo trabalho que a diplomacia portuguesa realizou durante a presidência”.

Na sua declaração, José Sócrates referiu que, com a ratificação da República Checa, “conclui-se o processo para a entrada em vigor do Tratado de Lisboa”.

“Como português, como euro-

peu e como primeiro-ministro, é com orgulho que vejo o nome da nossa capital, Lisboa, associado ao novo tratado que vai reger os destinos da União Europeia”, afirmou, visivelmente satisfeito, para depois frisar que o tratado “abre um novo ciclo para a Europa e para o projecto europeu”.

Segundo o primeiro-ministro, a entrada em vigor do tratado “põe fim ao impasse institucional que a União Europeia viveu nos últimos anos”.

“Teremos agora uma Europa com mais capacidade, uma Europa mais democrática, uma Europa com melhores condições para afirmar a sua voz, a sua presença e

os seus valores no mundo global”, salientou.

Para José Sócrates, Portugal “sempre se bateu por uma Europa mais forte”, condição que disse ser essencial para se construir “um mundo melhor”.

“O projecto europeu é sem dúvida um dos mais generosos, mais decisivos e mais importantes do nosso tempo. Orgulho-me do contributo que o Governo português pôde dar para a afirmação da Europa e para uma nova ambição do projecto europeu”, concluiu.

Por sua vez, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Luís Amado, manifestou “grande satisfação” pela conclusão do processo de ratificação do tratado de Lisboa, que é “uma boa solução” para a Europa e que “simbolicamente liga Portugal ao projecto europeu”.

“Naturalmente um comentário de grande satisfação pelo facto de o Tratado ter sido finalmente ratificado por todos os Estados-membros”, disse Luís Amado, congratulando-se igualmente com

a circunstância de, uma vez em vigor, o Tratado de Lisboa “culminar o sucesso da integração do nosso país no projecto europeu”.

Portugal no coração do projecto europeu

“Hoje estamos no coração do projecto europeu e a circunstância de termos um Tratado que, simbolicamente, nos associará para sempre, representa também o culminar de um intenso trabalho político e diplomático de sucessivos governos que se empenharam em fazer de Portugal um país europeu e moderno”, referiu.

Já o dirigente socialista Vitalino Canas manifestou “grande alegria” pela perspectiva de entrada em vigor do Tratado da União Europeia, salientando que no plano simbólico Portugal e Lisboa ficam no centro do processo de construção europeia.

Em declarações à Imprensa, Vitalino Canas disse ver “com enorme satisfação a conclusão deste processo difícil e com vários

obstáculos pelo caminho ao nível das ratificações por parte de vários Estados-membros”.

“Este Tratado de Lisboa chegou a ser dado como morto por parte de alguns sectores, mas o facto de agora se verificar que afinal está vivo e vai entrar em vigor é um motivo de grande alegria. Uma alegria tanto mais reforçada por o Governo português ter tido um papel fundamental neste tratado e porque, do ponto de vista simbólico, Portugal e Lisboa ficarão associados ao centro da construção europeia”, declarou o membro do Secretariado Nacional do PS.

Vitalino Canas manifestou depois a sua convicção de que o Tratado de Lisboa “será a grande referência da integração europeia” a médio e longo prazo.

De salientar que com a ratificação definitiva do Tratado pela República Checa, chega ao fim o longo processo de ratificação pelos 27 Estados-membros indispensável à entrada em vigor do documento reformador das instituições da União Europeia. **M.R.**

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa